



Clube Militar – Departamento Cultural

**SEMINÁRIO DE REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA O
CONCURSO À ECEME - SERAPREP 2024**

ECEME -PEP – 2024- 3ª AVALIAÇÃO DE TREINAMENTO - GEOGRAFIA

1 a QUESTÃO (Valor 6,0)

Analisar os principais desafios do Estado-Nação frente à ordem mundial vigente, nas expressões político-militar e econômica, destacando a influência dos novos polos de poder global e concluindo sobre os atuais focos de instabilidade geopolítica entre Estados relacionados à teoria geopolítica do Choque das Civilizações, de Samuel P. Huntington.

[UMA SOLUÇÃO]

Introdução

O Estado-nação encontra-se atualmente diante do desafio de se manter, moldar, adaptar e resistir diante de várias forças globais e abrangentes que atuam, simultaneamente, sobre ele.

A ordem mundial vigente é a nova estrutura da geopolítica e da economia global a partir da década de 1990, que emergiu com o fim da União Soviética, marcada pela emergência de múltiplos centros de poder, como por exemplo, a China, a Índia, o Japão e alguns países da União Europeia.

Essa nova ordem se caracteriza pela multipolaridade, pela consolidação do capitalismo como sistema econômico dominante e pela intensificação dos fluxos de informações, capitais e mercadorias, que são típicos da globalização.

A Teoria Geopolítica do Choque das Civilizações, de autoria do professor americano Samuel Phillips Huntington, indica que os principais atores políticos do século XXI seriam as civilizações e não os Estados-nacionais; e os principais focos de instabilidades após a Guerra Fria não seriam as tensões ideológicas, mas as culturais.

A seguir, serão analisados os principais desafios do Estado-Nação frente à ordem mundial vigente, nas expressões político-militar e econômica, destacando a influência dos novos polos de poder global e concluindo sobre os atuais focos de instabilidade geopolítica entre Estados relacionados à teoria geopolítica do Choque das Civilizações, de Samuel P. Huntington.

DESENVOLVIMENTO

a. Expressão político-militar

O agravamento das questões climáticas está no debate central do desenvolvimento humano. Esse fenômeno impõe ações que aliam discussões políticas, sustentabilidade ambiental e justiça social. Algumas agendas internacionais, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima, o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris estabelecem metas e compromissos, todavia a divergência de interesses, em razão das culturas das distintas civilizações, por vezes, atrapalha o processo. Nesse contexto, surge com grande importância o posicionamento dos dois maiores lançadores de gases de efeito estufa, a China e os Estados Unidos da América (EUA).

A busca pelo protagonismo político e militar impõe uma competição constante aos grandes atores internacionais. Assim, a ordem mundial vigente traz uma multipolaridade de forças. A Federação Russa, que exerce grande influência

no leste europeu, Oriente Médio e Ásia, perdeu a relativa harmonia com o ocidente e com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), após a invasão na Ucrânia. A China, que pratica uma agressiva política expansionista, tenta afirmar sua soberania em questões territoriais ainda não resolvidas, como Taiwan. Os EUA, que investem bilhões de dólares em seu arsenal, opõem-se às pretensões russas e chinesas e enfrentam a ameaça da proliferação nuclear da Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte.

O incremento de tecnologias disruptivas aplicadas no campo militar tem levado os Estados a aprofundarem a pesquisa e aumentarem os investimentos na área. A busca pela inovação e quebra de paradigmas, mediante soluções tecnológicas, está levando o combate para uma nova dimensão, com maior custo-benefício e desempenho e performance superiores. Assim, novas armas, como navios e aeronaves, estão sendo adaptadas a fontes de energia com maior autonomia; os sistemas remotamente controlados estão ganhando projeção; e a utilização de plataformas militares baseadas em inteligência artificial está crescendo de importância.

A intensificação do uso do espaço por grandes e médias potências é um fenômeno cada vez mais proeminente nas últimas décadas. Essa nova dimensão da evolução da humanidade ocorre devido aos avanços tecnológicos e aos interesses estratégicos políticos e militares. Nota-se, cada vez mais, o uso de satélites com os mais distintos objetivos, gerando uma competição mundial nas mais distintas civilizações. Atualmente, estima-se que existem quase onze mil satélites ao redor da Terra, todavia nem todo Estado-nação possui tecnologia própria para colocá-los em órbita, cabendo ressaltar que essa capacidade fica restrita a países

como Estados Unidos, Rússia, China, França, Índia, Japão, Coreia do Norte, Israel e Irã.

O agravamento da criminalidade transnacional atinge o Estado-nação em vários aspectos. A segurança nacional desestabiliza-se com atividades como o tráfico de drogas, de armas, a pirataria cibernética e a lavagem de dinheiro. A segurança pública fica comprometida, pois a violência atinge os cidadãos, mudando as suas rotinas. Para sua contenção, é necessária a cooperação diplomática, policial e judicial entre as diversas civilizações. Os Estados Unidos, Brasil, outros países da América do Sul, Inglaterra, Espanha e Canadá estão entre os países com maior criminalidade transnacional.

Conclusão parcial

Conclui-se, parcialmente, que as principais respostas do Estado-Nação à ordem mundial vigente estão relacionadas ao espectro internacional em suas relações com outros Estados, levando a uma competição entre civilizações com culturas diferentes, em busca de seus objetivos. Nesse contexto, EUA e Rússia continuam com seus protagonismos e a China aparece como novo polo de poder capaz de gerar influência.

b. Expressão econômica

Com a ordem mundial vigente, praticamente todos os segmentos da economia dependem das Tecnologias da Informação e Comunicações (TIC), as quais revolucionaram a segunda metade do século XX e continuarão modificando a natureza do trabalho, a estrutura de produção, de educação e a relação entre as pessoas, nas mais diferentes culturas e civilizações. Como exemplo, as indústrias que, na primeira metade do século XX, eram intensivas em mão de

obra, hoje investem cada vez mais em automação e robótica. Com o desenvolvimento dessas ferramentas e em função do rápido crescimento da China e da Índia, essas economias terão parcela significativa do produto interno bruto mundial em breve.

O agravamento da desigualdade entre países ricos e pobres é afetado pela globalização, pois, dependendo do nível de desenvolvimento de cada civilização, a sensação de exclusão social atinge um patamar minorado ou majorado. A dificuldade de encontrar formas de inserção social na ordem atual é, entre outras causas, a maior responsável pela emergente necessidade de construção ou reconstrução do Estado, com base na efetivação da cidadania, na plenitude dos direitos humanos e no acesso ao desenvolvimento. Nesse contexto, percebe-se a necessidade da realização de ações coordenadas dos países ricos com os países pobres, por meio de um pacto global pelo direito ao desenvolvimento.

Com a globalização da economia, houve o engessamento nas políticas e nas aspirações do Estado-nação, em contraposição ao aumento dos movimentos das grandes corporações econômicas, através das empresas transnacionais. Após alguns anos da implantação dessa nova ordem global de liberação econômica, pode-se verificar que houve muitos avanços, como a modernização na área da tecnologia, nos meios de comunicação e informação, entre outros; mas, por outro lado, trouxe muitos prejuízos na área econômica. Esse fenômeno segrega civilizações que enveredam nesse caminho, como os Tigres Asiáticos, e aquelas que permaneceram estáticas no tempo, como alguns países africanos.

A dependência de energia proveniente de combustíveis fósseis afeta uma grande quantidade de Estados no mundo,

tendo em vista o monopólio dessa riqueza mineral esgotável por alguns países. A crise energética vivida pela Europa, por exemplo, aponta para o risco do descumprimento de protocolos que as nações europeias são signatárias. A segurança energética dos Estados Unidos é proporcionada pelo controle do acesso às principais fontes estratégicas de petróleo e gás natural, localizadas no Oriente Médio e na Ásia Central. A Rússia detém as maiores reservas de gás natural do mundo, condicionando a dependência europeia, que consome a maioria do petróleo e do gás exportados. Não obstante, esse fornecimento tem sofrido oscilações em decorrência da Guerra da Ucrânia.

O surgimento da China como potência econômica mudou a geopolítica mundial e as relações comerciais. Sua ascensão econômica, especialmente nas últimas três décadas, causou um desequilíbrio no poder global, com uma rapidez sem precedentes na história. Os ocidentais e, em particular, os norte-americanos foram apresentados a uma nova realidade: os Estados Unidos da América não estavam mais isolados na posição de potência hegemônica no concerto das nações. Os chineses tornaram-se um desafio capaz de ameaçar a liderança econômica dos norte-americanos e, com a manutenção do ritmo atual, sua liderança militar.

Conclusão parcial

Infere-se, parcialmente, que, devido a ordem mundial vigente, houve um deslocamento do protagonismo estatal para o privado. Percebe-se o impacto que a economia da China e o desenvolvimento tecnológico da Índia trazem ao resto do mundo, gerando disparidades entre as civilizações com mais ou menos recursos.

CONCLUSÃO

Atualmente, discute-se a ideia do enfraquecimento e, até mesmo, do desaparecimento do Estado-nação, com base na ideia de que o paradigma do Estado-nação soberano e autárquico acabou com o fim da bipolaridade, com o capitalismo liberal e com a globalização econômica. Assim, é notório o grande desafio do Estado-nação de evitar entrar no processo de diminuição progressiva de sua esfera de atuação.

Em síntese, com a ordem mundial vigente, há um enxugamento do Estado-nação clássico, havendo mais espaço ao capital privado e implicando divergências que comprometem a harmonia das relações internacionais. Como novos polos de poder, surgem a China e a Índia, que integram a ordem multipolar atual, juntas aos EUA e à Rússia, confirmando a tese da Teoria Choque das Civilizações, visto que esses países competem para garantir o interesse de suas culturas e civilizações.

De acordo com a teoria do Choque das Civilizações, na expressão político-militar, as atuais pressões exercidas no Estado-nação podem gerar instabilidades em questões mais sutis, como no controle do clima, onde países mais desenvolvidos resistem mais aos protocolos em razão de seus interesses peculiares. Por outro lado, a busca por maior protagonismo pela Federação Russa, ao lançar-se sobre o território ucraniano, recrudesceu as tensões com a OTAN e com os países do ocidente, os quais se opuseram à invasão. Da mesma forma, as pretensões territoriais da China sobre a ilha de Taiwan, na busca de uma unificação, levaram ao acirramento das relações com os EUA, que apesar de não reconhecer Taiwan como país independente, mantém relações políticas informais e laços de defesa com a ilha, sendo grandes fornecedores de meios de emprego militar.

Observa-se, portanto, o desgaste entre distintas civilizações, seja entre a russa e a ocidental, seja entre a americana e a chinesa.

O embate entre civilizações distintas também se evidencia na expressão econômica, na medida em que civilizações ricas e pobres necessitam acordar sobre distribuição de recursos com a finalidade de promover o desenvolvimento dos mais vulneráveis. Por outro lado, a globalização da economia induz discrepâncias entre civilizações à medida que os menos favorecidos sofrem maiores prejuízos. Ainda na expressão econômica, o conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia afetou de forma significativa o fornecimento de gás natural e petróleo à Europa, despertando uma crise energética no Velho Continente.

Por fim, observa-se que a ordem mundial vigente enfraquece e reduz a influência do Estado-nação, todavia, o mesmo tenta se adequar à nova realidade, tentando fazer valer os seus interesses em razão do bem comum de sua população e mesmo sobre interesses externos.

2 a QUESTÃO (Valor 4,0)

Apresentar os aspectos mais relevantes da reestruturação produtiva do setor primário da economia brasileira na atualidade, destacando a participação da matriz de transportes nacional nesse contexto.

[UMA SOLUÇÃO]

Introdução

A reestruturação produtiva do setor primário tem como um dos seus motivadores a globalização da economia, que induz o processo de renovação das práticas de gestão e de

organização do trabalho por outras mais modernas e flexíveis. Essa renovação não modifica a essência da produção, mas lhe traz novos contornos.

O Brasil, maior país da América do Sul, possui mais de oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, com relevo caracterizado por baixas e médias altitudes, divididas em planaltos e depressões. De forma geral, há três tipos de clima: equatorial, tropical e temperado. Esse conjunto geográfico aliado à pouca incidência de abalos sísmicos e tempestades devastadoras favorecem as atividades dos diversos setores da economia, em especial o primário.

O setor primário é o responsável pela extração de recursos provenientes da natureza. É o setor que explora o meio ambiente para produzir itens para o consumo ou que serão vendidos. A extração de minerais, a agricultura, os extrativismos vegetal e animal, a pesca e a pecuária são as atividades de destaque desse setor.

A matriz de transportes tem um papel estratégico na economia brasileira, com a integração das cadeias de produção e de distribuição de bens, em especial no escoamento da produção agrícola e mineral para o mercado externo e na movimentação de mercadorias para consumo intermediário e final das empresas e das famílias.

A seguir, serão apresentados os aspectos mais relevantes da reestruturação produtiva do setor primário da economia brasileira na atualidade, destacando a participação da matriz de transportes nacional nesse contexto. C6 Outras ideias julgadas pertinentes.

DESENVOLVIMENTO

a. Modernização da agricultura

O processo de modernização da agricultura brasileira acompanhou o desenvolvimento econômico do país. Entre as décadas de 1950 e 1970, a ampliação da base produtiva foi alcançada ao custo de um endividamento externo. Assim, a construção de infraestrutura de transporte e de geração de energia necessárias à atividade do setor primário realizou-se a partir de empréstimos contraídos pelo Estado brasileiro junto a bancos e empresas internacionais. Atualmente, a agricultura participa com relevância da produção nacional. De acordo com o censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os principais produtos da pauta nacional, as maiores produções são de soja, milho, cana-de-açúcar e café.

b. Modernização da pecuária A adoção de tecnologias na pecuária brasileira modernizou o setor, com aumento sustentável da produção e da produtividade. Nos últimos 40 anos, a produção de carne de frango aumentou 22 vezes; e a de carne suína, de leite e de carne bovina, 4 vezes. Pesquisas em genética, avanços no controle de pragas e doenças e melhorias nas pastagens elevaram a produção média no rebanho bovino de corte. Atualmente, o Brasil é o segundo maior produtor e o maior exportador de carne bovina no mundo. A produção bovina do Mato Grosso viaja mais de dois mil quilômetros até o Porto de Santos. A BR 163 corta os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul até Campo Grande e, a partir daí, a produção chega em São Paulo pelas rodovias estaduais.

c. Modernização dos estabelecimentos agrícolas O Brasil possui mais de cinco milhões de estabelecimentos agrícolas, os quais desenvolvem atividades do setor primário em uma área de mais de trezentos e cinquenta milhões de hectares, distribuídos por todo território nacional. Na maioria dos

estados, os estabelecimentos utilizam o trator como ferramenta de trabalho, com exceção do Mato Grosso, que utiliza essa ferramenta em menor proporção, em razão do maior número de semeadeiras, plantadeiras e colheitadeiras disponíveis para a agricultura. O grande desafio ao aumento da exportação é o escoamento da safra. Dessa forma, o projeto de recuperação e adaptação da malha ferroviária contribuiu na vazão da produção dos estabelecimentos agrícolas. Um dos destaques é a concessão de trechos da Ferrovia Ferrogrão, ligando a produção do norte do Mato Grosso ao porto do Miratubá, no Pará, reduzindo os custos e dando mais competitividade aos portos do Arco Norte.

d. Características da força de trabalho

A produção do setor primário no Brasil absorve parcela considerável da população brasileira. Estima-se que mais de quinze milhões de pessoas trabalham diretamente na atividade. Quase um milhão de pessoas estão ligadas à atividade no Pará e quase quinhentas mil pessoas no Mato Grosso, por exemplo. A grande maioria possui algum grau de parentesco com o produtor. Todavia, o Mato Grosso atrai mais pessoas de outros estados, sem vínculo com o dono da produção. Em torno de trinta por cento da força de trabalho possui grau de escolaridade até a alfabetização. A falta de recursos do pequeno produtor é um grande desafio a ser superado, pois a mecanização nas lavouras, com a aquisição, o uso compartilhado e o aluguel de máquinas e equipamentos, fortalece a produção.

e. Adubação do solo e combate às pragas

A maior parte dos estabelecimentos agropecuários no Brasil não faz uso maciço de defensivos agrícolas e da adubação química no combate às pragas e na preparação

dos solos, conforme censo do IBGE. Essas práticas poluem afluentes e mananciais subterrâneos, além de prejudicar a fauna e a flora fluviais e comprometer as reservas de água doce. Ademais, o descarte inadequado de dejetos animais de grandes rebanhos ajuda a agravar o problema. A postura do Brasil em relação a essa prática tem um grande efeito favorável na balança comercial, pois garante a confiança do comprador internacional no mercado brasileiro. Evitar essas práticas indesejáveis é um grande desafio para aumentar a competitividade e ganhar credibilidade no mercado internacional.

f. A mineração no setor primário A mineração de ferro e a siderurgia são os grandes destaques da economia mineral brasileira, tanto pela ótica do Produto Interno Bruto (PIB), quanto pela força de arrasto produtivo. Nos últimos anos, a mineração de ferro aumentou de importância, enquanto a siderurgia reduziu. A cadeia produtiva da economia mineral incide sobre a manufatura e a construção civil e abrange desde a extração de minerais até o processamento, distribuição e utilização dos produtos finais. Nesse sentido, a Estrada de Ferro Carajás, com 892 km de extensão, operada pela mineradora Vale, passa pelos estados do Maranhão e do Pará. É especializada no transporte de cargas minerais, extraídas das minas da Serra dos Carajás, e levados até os portos da Baía de São Marcos, no Maranhão, para exportação.

g. A mecanização do setor primário

A Revolução Verde, da década de 1960, provocou um processo de modernização da agropecuária. Diversas atividades, antes calcadas na utilização de mão de obra e força motriz animal, passaram a ser realizadas por máquinas que hodiernamente chegam às raíais da

automação. Exemplo emblemático dessa radical mudança ocorreu na colheita da cana-de-açúcar, que era realizada por um expressivo contingente de “boias-frias”, e hoje é praticada por colheitadeiras inteligentes de altíssima produtividade e dotadas de georreferenciamento. A mecanização alterou o perfil da mão de obra rural, que passou a necessitar de especialização para garantir sua empregabilidade.

h. O êxodo rural no Brasil

Historicamente, o Centro Sul, principalmente os estados do Sudeste, sempre foi um polo de atração de diversas correntes migratórias provenientes, principalmente, do Nordeste. Atualmente, esse quadro vem sendo mudado com a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia, fator que é um atrativo para populações de diversas outras regiões. Destaca-se o transporte hidroviário caracterizado por utilizar os rios navegáveis da região para o deslocamento de pessoas e de mercadorias. As migrações internas rural-urbanas, ocorridas de forma massiva no sentido Nordeste - Sudeste, parecem apresentar visível esgotamento. Com os centros urbanos e suas regiões metropolitanas completamente saturados e repletos de problemas sociais, não há mais um grande atrativo para a recepção de novos migrantes.

i. A tecnologia aplicada no setor primário

Tanto a produção agrícola quanto a atividade pecuarista a nível comercial são praticadas com técnicas e equipamentos avançados, o que lhes têm garantido elevada produtividade. Pesquisas nas áreas de genética, química, meteorologia e engenharia ambiental têm garantido o melhoramento genético dos rebanhos. Outras técnicas são o desenvolvimento de organismos geneticamente modificados,

defensivos agrícolas e adubos químicos mais potentes e sustentáveis, além de técnicas de controle das chuvas e de irrigação mais eficientes. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural dos Estados têm sido fundamentais na pesquisa e no assessoramento agrônômico aos grandes e pequenos produtores rurais.

j. A estrutura fundiária

O latifúndio por dimensão e de caráter monocultor é uma herança histórica nordestina do ciclo da cana-de-açúcar que ainda persiste: no Agreste, na monocultura de fumo, soja e na própria cana; e no Sertão e na Zona da Mata, com a pecuária bovina e algodão. No Centro-Sul, há a incidência tanto de grandes quanto médias propriedades classificadas como empresas rurais no prisma fundiário. Destaca-se que a Região Centro-Sul é a mais desenvolvida no que diz respeito a malha ferroviária e rodoviária, o que facilita o escoamento da produção e o deslocamento de pessoas. Há incidência de pequenas propriedades familiares tanto no Nordeste como no Centro-Sul.

k. A legislação fundiária

A começar pela Carta Magna, a legislação fundiária no Brasil privilegia a formação de pequenas e médias propriedades rurais e a distribuição da terra para pequenos produtores agropecuários. A Lei da Regularização Fundiária (de 2017) e outras normas sobre o tema dispõem sobre os pormenores da questão e têm auxiliado na redução da quantidade de latifúndios no país e favorecido à produtividade no setor, além do acesso à terra pelo pequeno produtor. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a EMBRAPA trabalham tanto no processo de distribuição de terras quanto no assentamento e

viabilização produtiva das propriedades rurais distribuídas, inclusive, com a prestação de assessoramentos agrônômicos.

l. Incentivos fiscais e benefícios sociais

Benefícios a produtores rurais, transparência nas normas sobre defesa agropecuária, empréstimos menos onerosos aos pequenos produtores e incentivos para a produção com preservação ambiental na Amazônia foram alguns dos principais temas regulamentados pelo Poder Legislativo recentemente. Entre os principais subsídios, destaca-se a recente isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, os insumos e equipamentos destinados à produção de leite e derivados, objetivando estimular a modernização da pecuária leiteira. Outras iniciativas legislativas visaram à adoção da Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade e à Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinoicultura. Vale mencionar, também, o programa Luz Para Todos, do Governo Federal, que viabiliza o fornecimento de energia elétrica para o homem do campo.

m. Regulação do uso de defensivos agrícolas

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a perda da produção nacional poderia ser de 20% a 40% sem a utilização de defensivos agrícolas. A Lei Ordinária 14785/2023 é o principal dispositivo normativo a respeito do tema em pauta. É altamente restritivo ao uso dos defensivos a ponto de serem necessários até oito anos para a aprovação de novos defensivos agrícolas, enquanto novos produtos agroquímicos,

em alguns países concorrentes do setor agropecuário, têm um trâmite de 18 a 24 meses para serem homologados.

n. A questão ambiental no Brasil

Com o advento da temática ecológica no mundo, o Brasil tornou-se palco de diversos fóruns, organizações não-governamentais e associações que abraçaram a causa da proteção da natureza. Assim, essas organizações passaram a se contrapor às práticas consagradas na agropecuária de mercado, adotando os temas da proibição do uso de pesticidas, da adubação química e da utilização sistemática dos recursos hídricos pelo setor agropecuário comercial. A atuação das casas legislativas resultou em normas de fiscalização mais rígidas, o que pode limitar o aproveitamento econômico do potencial agrícola brasileiro, por intermédio da vedação das práticas produtivas que se mostrassem dissonantes dos preceitos da sustentabilidade.

o. Recursos naturais diversos

A grande extensão de áreas agricultáveis, a profusão de recursos hídricos, o relevo sem grandes movimentos orográficos e a diversidade de climas com grande nível de insolação são fatores que têm concorrido para o elevado potencial de desenvolvimento do setor primário. As diferenças regionais e climáticas vêm possibilitando uma grande diversidade de culturas agrícolas e de espécies de rebanho. Como exemplo, o potencial de expansão da agricultura, especialmente na região do cerrado, corresponde a 90 milhões de hectares.

p. O mercado interno

O crescimento dos mercados urbanos favoreceu o cultivo de novos produtos e a ampliação das áreas destinadas à produção agrícola para o mercado interno. O aumento

populacional brasileiro, bem como a melhoria do padrão de vida e o consequente acesso a produtos, antes considerados supérfluos na mesa do brasileiro, tornaram o mercado interno uma opção atrativa para o produtor agrícola comercial. Os itens da dieta básica brasileira (feijão, arroz, frango e carne bovina) são destaques. A produção de arroz é concentrada no sul do país. A produção do feijão é mais equilibrada no território nacional. São igualmente impactantes no mercado nacional o milho, a carne suína, o leite e o trigo.

q. A sustentabilidade no setor primário

A redução na disponibilidade dos recursos naturais aumenta os custos e afeta a competitividade. Por outro lado, os consumidores estão cada vez mais preocupados com os impactos ambientais e sociais dos produtos e seus processos produtivos. Assim, almeja-se que o setor primário brasileiro busque adotar os princípios da sustentabilidade, ética, transparência e respeito à sociedade e ao meio ambiente, com investimentos em projetos ambientais que gerem ganhos econômicos e sociais, além de contribuir para a consolidação de uma economia de baixo carbono. Nesse contexto, torna-se essencial o papel do Estado no alinhamento nacional das políticas ambientais com as políticas tributárias, de infraestrutura e de inovação. Essa é uma condição essencial para a inserção da produção brasileira na economia mundial.